

NACIONAL POR DEPURAÇÃO – GUERREIRO RAMOS E A REDUÇÃO SOCIOLÓGICA

Edison BARIANI¹

- RESUMO: O sociólogo brasileiro Alberto Guerreiro Ramos elaborou, no final da década de 1950, uma construção metodológica voltada para a recepção crítica das “idéias importadas” que apontava para a criação de uma sociologia nacional, projeto singular e confluyente ao do desenvolvimento de um capitalismo nacional no Brasil.
- PALAVRAS-CHAVE: Redução sociológica. Guerreiro Ramos. Sociologia no Brasil. Método. Nacionalismo.

A redução sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica – obra fundamental do autor, escrita em 1958 – é o esforço maior de Guerreiro Ramos para embasar a construção de uma sociologia nacional e a peça mais expressiva de sua passagem pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) – instituição que ajudou a fundar em 1955 e na qual permaneceu até o final de 1958. Nessa obra, Guerreiro Ramos intenta condensar suas reflexões teórico-metodológicas até então formuladas, relevando o conceito (central) de **redução sociológica** que – acrescenta ele em prefácio à segunda edição, escrito em 1963 – teria como sentidos básicos:

1) redução como método de assimilação crítica da produção sociológica estrangeira [...] 2) redução como atitude parentética, isto é, como adestramento cultural do indivíduo, que o habilita a transcender, no limite do possível, os condicionamentos circunstanciais que conspiram contra a sua expressão livre e autônoma [...] 3) redução como superação da sociologia nos termos institucionais e universitários em que se encontra. (RAMOS, 1996, p. 11).

¹ Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara-SP E-mail: edsnb@ig.com.br.

Conforme seu comentário, expresso em esquema posterior (RAMOS, 1989, p. xvi-xvii), o primeiro sentido já teria sido desenvolvido em seus trabalhos da década de 1950 – máxime em *O processo da sociologia no Brasil: esquema de uma história das idéias* (escrito em 1953), *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo* (de 1954), *Introdução crítica à sociologia brasileira* (de 1957) e *A redução sociológica* (1958) – e o segundo estaria presente sobretudo em *Mito e verdade da revolução brasileira* (1963); *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações* (escrito em 1972-1973, e publicado somente em 1982) ocupar-se-ia do terceiro sentido. Todavia, tais sentidos viriam a adquirir essa significação durante a década de 1960 e seriam explicitados pelo autor a partir de 1963; em 1958, ano da publicação de *A redução sociológica* a obsessão do autor – ele próprio o admitirá mais tarde, no prefácio à segunda edição – era inaugurar uma **sociologia nacional**.

São as atuais condições objetivas do Brasil que propõem a tarefa de fundação de uma sociologia nacional. *De fundação, antes que de fundamentação*, pois não se trata de utilizar o repertório já existente de conhecimentos sociológicos para justificar orientação ou diretriz ocasional [...] Há que se fazer toda uma sociologia do fundamento e da fundação, que não pode ser realizada nesta oportunidade. O fundamento de uma sociologia verdadeiramente brasileira deve ser, antes de mais nada, um fato, um processo real, um dado concreto.

A redução sociológica é um método destinado a habilitar o estudioso a praticar a transposição de conhecimentos e de experiências de uma perspectiva para outra. *O que a inspira é a consciência sistemática de que existe uma perspectiva brasileira. Toda cultura nacional é uma perspectiva particular.* (RAMOS, 1996, p. 41-42, grifo nosso).

A preocupação do autor naquele momento estava centrada na assimilação crítica do conhecimento produzido no exterior e no desenvolvimento da produção teórica brasileira, assim, dirigia-se aos intelectuais (“habilitar o estudioso...”), particularmente os sociólogos, aos quais já vinha se referindo (vide alguns de seus escritos como “Meditações para os sociólogos em flor” e “Para uma sociologia em ‘mangas de camisa’” (RAMOS, 1954). O público alvo do autor era uma certa elite cultural, mormente a *intelligentzia*, pois esta lhe parecia ainda o ator político privilegiado. As considerações a respeito de uma sociologia – e da redução sociológica – como instrumento crítico ao alcance dos “leigos”, do homem comum, do povo, como “saber de salvação” – e daí a crítica à sociologia como saber “esotérico” – virão

mais tarde, na década de 1960, a peça central desta posição é o prefácio à segunda edição de *A redução sociológica* (escrito em 1963, revisto em 1964 e publicado na segunda edição, em 1965), máxime as críticas a Florestan Fernandes².

A configuração da audiência fica clara quando o autor escolhe os interlocutores e os adversários:

[...] as ciências sociais, na forma que assumiram nos meios acadêmicos oficiais, são, em grande parte, uma ideologia da dominação [‘de uma minoria de empresários capitalistas europeus que constituem o centro dominante do Ocidente e do mundo’], na medida em que dificultam a compreensão global do processo histórico-social e distraem a atenção dos estudiosos para aspectos fragmentários desse processo. (RAMOS, 1996, p. 159).

Guerreiro Ramos delimita o campo de batalha, bem como sua trincheira, ao assinalar que as ciências, principalmente as sociais, não seriam imunes ao condicionamento histórico, “[...] variam historicamente, e tem de ser examinadas à luz da *reciprocidade das perspectivas* [...]” (termo tomado a Theodor Litt), assim, constituiriam em dado período “[...] um aspecto integrado numa *totalidade de sentido* [...]”, tributárias que seriam da “cosmovisão” de cada período histórico, não se poderiam pretender permanentemente válidas (RAMOS, 1996, p. 160, grifo nosso).

Como método – atitude (científica e social) e também forma de posicionamento ontológico – a redução sociológica teria, segundo descrição do autor, as seguintes características:

1) É atitude metódica [...] 2) Não admite a existência na realidade social de objetos sem pressupostos [...] 3) Postula a noção de mundo [...] 4) É perspectivista [...] 5) Seus suportes são coletivos e não individuais [...] 6) É um procedimento crítico-assimilativo da experiência estrangeira [...] 7) Embora seus suportes coletivos sejam vivências populares, a redução sociológica é atitude altamente elaborada. (RAMOS, 1996, p. 72-73).

Ao longo do livro dirige-se quase sempre ao sociólogo como ser-no-mundo, portador de uma existência social e histórica determinada, ao qual caberia entender e utilizar na prática da redução sociológica determinadas leis. A **lei do comprometimento** estabeleceria que nos países periféricos a idéia e a prática da redução sociológica estaria ao alcance somente daqueles sociólogos que adotassem “[...] sistematicamente uma posição de engajamento ou de compromisso consciente com o seu

² Para um balanço preliminar do debate envolvendo Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos ver Bariani (2003).

contexto.” (RAMOS, 1996, p. 105). Os problemas colocados à ciência social também não seriam casuais, obedeceriam à fase histórica – definida como totalidade dialética, porém só caracterizável *a posteriori*³ – na qual a sociedade se encontraria (**lei das fases**) e, também ao sociólogo, cumpriria reconhecer a validade da **lei da universalidade dos enunciados gerais da ciência**, entretanto, submetendo o conhecimento “importado” à **lei do caráter subsidiário da produção científica estrangeira**, só assim lhe seria possível utilizar-se da **razão sociológica**, isto é, “[...] uma referência básica, a partir da qual tudo o que acontece em determinado momento de uma sociedade adquire o seu exato sentido.” (RAMOS, 1996, p. 129).

Na fundamentação teórica da redução repousa a noção de que a realidade social – em sua complexidade – seria tecida por entes em sistemática conexão de sentido, não sendo gratuitos os fatos da vida social, mas “[...] referidos uns aos outros por um vínculo de significação.” (RAMOS, 1996, p. 72)⁴. Inferia daí a categoria **mundo**, na qual o sujeito, sua consciência e os objetos estariam intrinsecamente relacionados, existindo em profunda imbricação uns com os outros, assim, também as idéias estariam enredadas nesta trama, daí a **ingenuidade**, a ausência de consciência crítica e o uso da transplantação literal crente no axioma de que as mesmas idéias produziram os mesmos efeitos em contextos distintos. O homem como ser social, como **ser-no-mundo** (e **ser-do-mundo**) estaria fatalmente inserido num determinado contexto; suas ações, formas de consciência, valores, em suma, sua **visão de mundo** (*Weltanschauung*)⁵ – que define como a “[...] totalidade transcendente à qual devem ser referidos os objetos para serem compreendidos.” (RAMOS, 1996, p. 99) – estaria ancorada na sua existência (espaço-temporal) histórica e socialmente particular. Tal visão do mundo, entretanto, longe de ser uma “pura construção intelectual”, deslocada da concretude das relações sociais, teria suportes sociais “de massa”.

O pensar – logo o pensamento científico e a sociologia em particular – só poderia ser algo relativizado, relacionado, dirigido a partir de uma

³ Guerreiro Ramos (doravante GR), freqüentemente, quando se apercebe que seu voluntarismo sociológico e militante encaminha-se para uma teleologia da história, solapando o tão prezado culturalismo determinista, “atrasa o relógio” da teoria e afirma a constatação somente por meio da experiência realizada (*a posteriori*).

⁴ Por vezes GR refere-se aos fatos sociais como fenômenos sociais totais, demonstrando que estava sintonizado com a crítica à qual era submetida a concepção de fato social (como algo, coisa) e, por consequência, o positivismo. Essa crítica, feita **desde dentro** por Marcel Mauss, sofria maior assédio **de fora**, mormente pela sociologia de influência fenomenológica, tendo em Georges Gurwitsch e Jules Monerot alguns dos teóricos mais dedicados.

⁵ O conceito teve diferentes usos em diferentes autores (Dilthey, Mannheim, L. Goldmann) que GR cita sem se preocupar com tal disparidade.

perspectiva determinada. O sociólogo, como sujeito investigador, instrumentalizaria esse **perspectivismo** – de cunho social e não individual⁶ – na procura de um conhecimento **autêntico**, cuja **funcionalidade** estaria intimamente relacionada a uma **intencionalidade** dos sujeitos e referida à estrutura social e suas relações. Não haveria, portanto, posição neutra, eqüidistante ou superior; estariam os sociólogos condenados à ação. “Todo teorizar é extensão do fazer ao nível da representação.”, sentenciava Ramos (1996, p. 108).

Há nessa construção um débito evidente para com a fenomenologia e a filosofia da existência: de Husserl (1980) tomou a noção de **redução fenomenológica** ou *epoché* como atitude **parentética** – de por entre parênteses a existência efetiva do (ou de algo no) mundo – e as de intencionalidade e perspectivismo da consciência⁷; já de Heidegger (1989) absorveu os conceitos de funcionalidade, ser-no-mundo e mundo. Obviamente, a dificuldade de utilização sociológica desses conceitos fez GR reconstruí-los na medida de suas necessidades, expurgando, por exemplo, a transcendentalidade do sujeito (**eu**) em Husserl substituindo-a pela determinação social – e atenuando a dimensão existencial e ontologicamente dada que conceitos como ser-no-mundo e mundo adquirem em Heidegger, alterando-os no sentido de uma abordagem sociológica que privilegia as condições efetivas de vivência e sociabilidade histórico-social de restrita temporalidade, utilizando para tanto certas determinações do conceito de “mundo” elaborado por Mannheim (1974). Há também, em certa medida, influência de Dilthey (e sua filosofia da vida) nessa construção – especialmente nesse conceito (“mundo”)⁸.

No entanto, GR nega que sua redução sociológica seja uma fenomenologia do social, uma ciência eidética – no sentido husserliano –

⁶ Embora qualifique a perspectiva como algo social, o autor não explicita a relação desta com os grupos (ou classes) sociais, aparentemente, tal relação é pensada mais em termos de **nação** – que na construção do autor não excluiria as relações de classe, todavia, com frequência ele enfatiza a existência social num espaço vital. As raras vezes (em *A redução sociológica*) que se refere a grupos sociais toma por exemplo povos e nações.

⁷ A noção de perspectivismo é apontada por alguns como proveniente da influência de Ortega y Gasset, embora isto seja plausível, as referências explicitadas por Guerreiro Ramos (1996) são Husserl, Heidegger e os sociólogos (Mannheim e, mormente os de influência fenomenológica, T. Litt, A. Vierkandt, A. Shütz, M. Scheler, G. Gurvitch).

⁸ Já a comentada influência de Hegel, cuja herança – e de “seus continuadores revolucionários” – ele próprio admite (RAMOS, 1957, p. 213), aflui mais como um elemento geral de formação cultural que um autor diretamente citado em suas formulações. Talvez uma certa concepção dialética da existência – e possibilidades de autoconsciência – histórica, bem como o privilégio do conceito de totalidade, esposados por GR, sejam devedores de Hegel. Quanto a Karl Jaspers, sua influência não é algo seminal, deve-se mais à característica de epígono de autores “maiores” (Kant, Weber, Kierkegaard, Heidegger) e à notoriedade de suas análises do mundo contemporâneo que propriamente ao peso de sua construção conceitual.

do social⁹, já que seu objetivo não seria conhecer o modo de ser do social e sim estabelecer, por meio do universal, uma perspectiva particular a partir da qual – conforme o imperativo de conhecer e a necessidade social de realização de seu projeto de existência histórica – uma comunidade (entendida aqui como **nação**, a “[...] mais eminente forma contemporânea de existência histórica [...]”) poderia servir-se da experiência de outras comunidades (RAMOS, 1996, p. 50). Desse modo, a redução operaria em dois níveis básicos: 1) ao ultrapassar a aparência imediata dos objetos no mundo e, 2) ao assimilar criticamente a produção teórica estrangeira, subsidiando uma razão sociológica que, assemelhada à razão vital de Ortega y Gasset e à razão histórica de W. Dilthey, serviria como “[...] referência básica, a partir da qual tudo o que acontece em determinado momento de uma sociedade adquire o seu exato sentido [...]”, e referida sociedade adquire sua **personalização** histórica (RAMOS, 1996, p. 129).

Subjacente a essa oportunidade histórica estaria a análise de que a emergência de uma nova fase tornaria possível uma consciência crítica devido aos imperativos do desenvolvimento e as condições sociais estruturais concomitantes, máxime a industrialização e seus efeitos principais (urbanização e melhoria dos hábitos populares de consumo), que possibilitaria – na presença de um conhecimento rigoroso – o afloramento de uma sociologia autêntica, emergindo como produto orgânico e histórico de uma cultura (FREYER, 1944), uma sociologia nacional.

A sociologia – como ciência – seria universal, pois (1) os povos estariam estreitamente relacionados no contexto do mundo e (2) todos reconheceriam nela um repertório teórico “geral” de enunciados, válidos universalmente; todavia, o universal só seria alcançado – conforme a redução sociológica – por meio das mediações do local, do regional e do nacional. A possibilidade de uma sociologia nacional dar-se-ia então não por uma suposta variação dos seus princípios

⁹ Em artigos publicados naquele ano de 1958, na revista Estudos Sociais (n. 3/4), Benedito Nunes (1996) concorda com a afirmação de GR e salienta os aspectos críticos e reflexivos da redução já Jacob Gorender (1996) discorda e vê na redução a simples transposição do método de Husserl. Para Teotônio dos Santos (assinando TEOTÔNIO JÚNIOR, 1958, p. 194), em resenha febril publicada no mesmo ano na *Revista Brasileira*, GR aproximava de um obtuso marxismo e ressaltava: “A teoria da sociedade brasileira e a redução sociológica abrem-se-nos, assim, o caminho para uma teoria do mundo, do passado, do presente e do futuro, para uma nova concepção do espaço e do tempo, para, enfim, uma nova metafísica. Esta é a consequência lógica que Guerreiro Ramos não pôde tirar dado o caráter limitado do seu livro e sua obra à Sociologia. Consequência implícita mas não afirmada.” De fato jamais afirmada.

gerais de nação para nação, mas pela funcionalidade¹⁰ das elaborações do sociólogo como ser-em-situação, historicamente localizado, donde derivaria uma perspectiva própria, peculiar; seria portanto o “[...] caráter necessariamente particular de que se revestem os pontos de vista dos sociólogos, tanto quanto sejam significativa e funcionalmente adequados aos problemas da nação em que vivem.” (RAMOS, 1996, p. 126), que caracterizaria como nacionais as sociologias. Assim, toda sociologia autêntica seria nacional. A sociologia como algo universal só se realizaria na sociologia nacional, uma construção dialética peculiar de GR segundo a qual o universal (como totalidade) “pré-existiria” ao particular, o que não significa que sua sociologia fosse simplesmente dedutivista, já que também o particular, por indução, configuraria a totalidade; tal dialética fica deveras complicada pelo fato de GR não distinguir entre o todo “pré-existente” e o todo ao qual chega pelo movimento dialético, são um único conceito, que muitas vezes confere uma aparência circular (ou talvez espiral) ao raciocínio¹¹.

Uma sociologia nacional no Brasil até aquele momento não teria sido possível devido a **situação colonial**¹², a heteronomia da vida colonial que levaria a um condicionamento mental por fatores externos e secundariamente internos, ou seja, a **alienação**. As idéias, como os objetos, não poderiam ser transpostos sem conseqüências, sob pena de serem os importadores envolvidos pela intencionalidade de que estas seriam portadoras. Como Roland Corbisier já havia sentenciado, e também para GR, tudo seria colonial na colônia. O colonialismo como sistema cultural – e além dos franceses, Guerreiro Ramos (1996) recorre agora aos africanos como Cheik Anta Diop, Aimé Césaire e Abdoulaye Ly – adquire, sob o arsenal existencialista, peso ontológico; ontologia um tanto capenga, uma vez que na colônia ela se impõe de modo “imperfeito”, determinando o ser social quase que unilateralmente – pois os fatores internos não se impõem

¹⁰ O conceito de função, a partir daí na obra do autor, perde seu cunho “funcionalista”, de contribuição para um equilíbrio geral ou reiteração de dinâmica sistêmica, para adquirir cunho existencial, “[...] em termos de sentido, de acordo com a intencionalidade que possui numa estrutura referencial.” (RAMOS, 1996, p. 87).

¹¹ GR pratica certa microcosmologia – em analogia às considerações de Max Scheler (1986) –, também alimentada por outras fontes (Hegel, psicologia das formas, *Gestalttheorie* e mesmo Stuart Mill), que tomaria o particular como contendo em essência (virtualmente e “em escala”) o universal, todavia, o universal não conteria absolutamente os particulares em sua riqueza infinita, dar-se-ia sim um jogo dialético entre eles, de recíproca determinação.

¹² Aqui referida – pela influência de Sartre (1968) e Balandier (1976), entre outros – como sistema de dominação político-cultural e não como forma de organização da produção de mercadorias. Forma conceitual que logo após, no início da década de 1960, seria particularmente desenvolvida por Frantz Fanon (1979).

em momento algum aos externos – e conforme pressupostos imediatamente econômicos dos quais derivam também imediatamente formas culturais. Se na colônia tudo é colonial, também o é a ontologia, manca e superficial, “subdesenvolvida”.

A redução sociológica e a proposta de uma sociologia nacional refletiam num plano teórico-metodológico as vicissitudes da interpretação nacionalista da sociedade brasileira – num contexto de dominação imperialista – e de um projeto de capitalismo nacional e autônomo. O colonialismo cultural – conforme sua utilização pelo autor – guarda inegáveis similaridades com as análises do atraso, da nascente temática do subdesenvolvimento; a dominação econômica encontra na cultural seu espelhamento quase que “natural”, ambas são frutos da mesma visão de mundo que, naquele momento, tinha na produção isebiana (e não só nela) uma fortaleza. Tal clima certamente – embora ele o negue – influenciou as posições de GR que, no início da década de 1960, fará uma discreta revisão de suas posições políticas e teóricas.

O “efeito de prestígio”, o mau hábito das elites de importar tanto idéias quanto mercadorias industrializadas (ou simplesmente “de luxo”), condenado sociologicamente por GR utilizando-se da “teoria” da imitação de G. Tarde, tinha como seu correspondente o “efeito de demonstração” de J. S. Duesenberry, usado pelos economistas – e esmeravam-se nisso os cepalinos¹³ – na crítica ao modelo econômico capitalista em voga nos países periféricos. A repulsa à exportação de matérias-primas e à importação de bens industrializados – de maior uso tecnológico e agregação de valor – encontra sua correlação na redução sociológica e suas propostas de valorização da realidade nacional e privilégio da peculiaridade para “uso” próprio como matéria-prima de uma produção sociológica de “capital” intensivo, tecnologicamente aparelhada e não como simples “enteléquias” – configuradas no diletantismo, nostálgico e retórico, dos beletristas sociais. Alberto Torres (1982), muito prezado por GR, é – daí em diante – também criticado por advogar uma “vocação agrícola” do país, quando o imperativo prático deveria ser o desenvolvimento tecnológico¹⁴.

As vantagens comparativas da “vocação agrícola” eram vistas agora como “desvantagens reiterativas” (FURTADO, 1983; OLIVEIRA, 1983), elemento da ocorrência da desigualdade (em nosso desfavor) dos termos

¹³ Uma das influências de GR, Raúl Presbisch, alertava para os hábitos de consumo ostentatório e imitativo da elite.

¹⁴ À época tais termos eram considerados contraditórios, pois o setor rural era identificado com o atraso, ao passo que o urbano-industrial significaria o moderno; dualidade que, sem uma conseqüente análise de classes, mostrou-se insuficiente como explicação para o “atraso” dos países periféricos.

internacionais de troca. A ordem era substituir a importação de bens “acabados” – nos quais se incluíam os métodos, teorias e conceitos – pela importação de tecnologia que, devidamente assimilada e aplicada (daí um dos usos da redução), nos capacitaria à produção de bens “finais”, em larga escala, com técnica apurada e gerando produtos genuinamente nacionais – não é fortuita a comparação que faz GR entre a depuração de idéias e de minérios. A industrialização aparece assim como o processo por excelência do desenvolvimento ou, revertendo a ironia guerreiriana, como o “abridor de latas” do desenvolvimento. Talvez mesmo – afirma GR – pudéssemos iniciar uma exportação de nossos bens finais, o que o leva a imediatamente reivindicar mercados para nossos bens:

Articulando o seu pensamento com a prática social, o sociólogo, que deixou de ser mentalmente colonizado, passa de consumidor passivo de idéias importadas a instrumentador e até mesmo a produtor de novas idéias destinadas à exportação. Provavelmente, em breve, será despertada a atenção dos estudiosos para o fato de que temos, hoje, no Brasil, uma teoria sociológica geral mais penetrante e avançada do que a norte-americana, capaz inclusive de envolvê-la e explicá-la. (RAMOS, 1996, p. 126).

As fronteiras entre o cientista e o representante comercial – naqueles anos, melhor seria “caixeiro viajante” – diluem-se sob a ação corrosiva do engajamento temerário e afoito. A intrincada construção teórica da redução sociológica, com todos seus porquês e senões historicistas, culturalistas e existenciais perde muito de seu gume no afã de produzir resultados imediatos, o que não a inviabiliza teoricamente¹⁵.

Há um esforço teórico – e profícuo – de interpretar e assimilar criticamente as idéias, de não tratá-las como algo etéreo e só remotamente social e histórico, mas como construções, representações carregadas de significação e remetendo-se a realidades próprias – ainda que não absolutamente exclusivas – e em inter-relação com sujeitos e coisas, o que não pode ser simplesmente desconsiderado. Determinados equívocos da recusa intransigente em conceder generalidade às idéias sem perder de vista a particularidade, ou mesmo singularidade, não autoriza a extrapolação inconseqüente das idéias – seus usos e referenciais – que, atadas a qualquer circunstância, perdem o poder mesmo da significação num afã de cosmopolitismo abstrato. A banalização alegórica das idéias não receita ou permite a banalização simbólica.

¹⁵ A redução continua a figurar entre os poucos trabalhos brasileiros que enfrentaram as questões da teoria sociológica e suas bases, bem como entre os raríssimos que promoveram uma reavaliação crítica do uso indiscriminado de instrumentos teóricos na análise dos fenômenos da sociedade brasileira.

No fundo, nota-se que persistia na elaboração teórico-metodológica de GR os mesmos equívocos de sua interpretação da sociedade brasileira naquela conjuntura. Pretendia (segundo ele próprio) fundar, antes que refundar, a sociologia brasileira, agora nacional, desprezando – embora suas referências a uma “corrente crítica da sociologia brasileira” (Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres etc.) o desmintam – o então existente, fazendo quase que **tabula rasa** de uma incipiente “cultura” e “tradição”, uma vez que o resultado dessa colheita seria irrisório e a ação daninha do colonialismo cultural teria inviabilizado várias safras e gerações.

Não estaria o próprio GR retirando com uma mão o que tentava (re)colocar com a outra quando desconsidera justamente uma frágil herança cultural brasileira ou mesmo “espúria”, “residual” e, ao mesmo tempo, empreende renhida luta pelo reconhecimento e fidelidade à realidade nacional? E se apesar do colonialismo – tão inexorável em sua determinação – fosse realmente e somente aquela a nossa realidade brasileira? E se fosse, ao fundo e a contragosto, tal “miséria” cultural a nossa verdadeira “alma”? A nossa única herança e nossa circunstancial forma de ser?

Todas estas questões ficaram sem resposta já que a contrariedade à miséria nacional tinha como contraface a amputação dos nossos males “pela raiz”; desconsiderar o existente na construção de uma “sociologia nacional” também era desconsiderar os condicionantes internos de produção dessa realidade. O peso do colonialismo, do domínio dos países centrais, retirava o foco sobre as circunstâncias “internas” de criação da miséria brasileira, e por conseguinte, dos sujeitos ocasionalmente ou mesmo conscientemente beneficiários da situação. O nacionalismo ainda persistia em realizar o capitalismo nacional e autônomo esclarecendo as “elites” e poupando as classes dominantes – mormente o empresariado – de um exame mais rigoroso de sua condição, atuação e perspectivas.

O intelectual (e o sociólogo), mesmo com um olho na rua, ainda se comportava como demiurgo, guardando para si uma tarefa hercúlea: “Nesses países periféricos, a sociedade não está fundada segundo critérios próprios, é algo a fundar, e, por isso, a assunção, o engajamento, abre, para o intelectual, um horizonte de infinitas possibilidades.” (RAMOS, 1996, p. 111-112). As possibilidades abertas naquela “fase” histórica permitiriam – para GR – aspirar à fundação não só de uma sociologia mas, concomitantemente, da própria sociedade em bases nacionais. Desse modo, vislumbrava uma transformação em curso, entretanto, havia certa miopia em relação aos transformadores: os intelectuais persistiam em monopolizar as prerrogativas da mudança ou o povo estava atrasado para a tarefa?

O povo – para GR – estaria vivendo “nova etapa do seu processo histórico-social”, ainda estaria se “configurando entre nós a categoria de verdadeiro povo”, todavia, incrementar-se-ia sua consciência política e já estaria “empenhado na realização de projetos” (RAMOS, 1996, p. 53-59), ou seja, de momento, seria imaturo para o vulto do trabalho. Surgia então entre os intelectuais – até então unguídos do papel de demiurgos – uma nova vocação, cujos antecedentes remotos teriam nos jesuítas seu fundamento, mas que agora, em meados do séc. XX, havia encontrado em educadores e militantes de esquerda um “novo” começo: a de “pedagogo”. Eis então o novo papel do intelectual: educar o povo em vez de tutelá-lo, levá-lo a maioria de sua condição – sob seus auspícios¹⁶.

Somente no início da década de 1960, após sua experiência isebiana, num contexto de maior conflituosidade política e renhida luta de classe, GR diagnosticará a emergência do povo como novo e privilegiado ator no cenário político. A partir daí, a transformação da realidade social não será apanágio da elite cultural reformada, do intelectual, do sociólogo. Em 1963, no prefácio à segunda edição d’ *A redução sociológica*, afirma:

A sociologia não é especialização, ofício profissional, senão na fase da evolução histórica em que nos encontramos, em que ainda perduram as barreiras sociais que vedam o acesso da maioria dos indivíduos ao saber. A vocação da sociologia é resgatar o homem ao homem, permitir-lhe ingresso num plano de existência autoconsciente. É, no mais autêntico sentido da palavra, tornar-se um *saber de salvação*.¹⁷ (RAMOS, 1996, p. 10-11, grifo nosso).

¹⁶ No início da década de 1960 seria essa – guardadas certas diferenças – a tônica das atuações de parte dos partidos de esquerda – dentre eles o Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao menos de sua “ala” mais arejada e menos autocrática –, dos Centros de Cultura Popular (CPCs) da União Nacional dos Estudantes (UNE), do renovado ISEB (após a saída de H. Jaguaribe e Guerreiro Ramos, e contando com jovens intelectuais sob a direção de Álvaro Vieira Pinto), de Paulo Freire – para quem as formulações de GR, mormente a redução sociológica, tiveram grande influência (PAIVA, 1986) –, artistas, intelectuais e jovens militantes católicos etc.

¹⁷ O termo também foi usado por Hélio Jaguaribe (1979) num sentido cristão de saber revelado, Max Scheler (1986, p. 52, grifo do autor), no entanto, parece ser a fonte do conceito, pois em 1925 já se referia “[...] ao devir do mundo e ao devir intemporal do próprio princípio supremo ao seu modo de ser e existência, que atingem a ‘determinação’ do seu próprio devir somente no nosso saber humano ou em qualquer saber possível, ou pelo menos atingem algo sem o que não poderiam alcançar esta determinação. Chamemos esse saber, que tem por fim a divindade [...] ‘saber de salvação’ ou de redenção’ [...] que o nosso núcleo pessoal busca conquistar a participação no próprio ser e no princípio supremo das coisas, respectivamente onde esta participação lhe é concedida pelo próprio princípio supremo; ou então: é o saber onde o princípio supremo das coisas, enquanto se ‘sabe’ a si mesmo e ‘sabe’ o mundo em nós e por nós, alcança ele próprio seu objetivo intemporal, como ensinavam primeiro Spinoza, depois Hegel e Eduard von Hartmann; ele consegue uma espécie de *unificação* consigo mesmo, a libertação de uma ‘tensão’ e de uma ‘oposição originária’ que nele residiam.”

Em busca do povo, a sociologia de GR continuava presa a um certo messianismo, agora popular e salvador. Já o projeto de uma sociologia nacional, primeiramente¹⁸, e depois o de um capitalismo nacional e autônomo, ruíram com o Golpe de 1964. A redução sociológica, malgrado sua imbricação com dado projeto, está para ser revista como proposta metodológica, uma vez que se suas proposições de sentido nacionalista guardam o bolor do seu tempo, muitos dos problemas contra os quais investia ainda mantém incômoda atualidade. Fica talvez a lição de que o enraizamento social da sociologia – a busca de uma profunda imbricação entre os problemas, os sujeitos, o arsenal conceitual-metodológico e a práxis – não passa necessariamente pela recusa/aceitação das idéias “importadas” nem pela assepsia da herança cultural, ainda que suspeita de contágio. O nacional não pode se estabelecer por depuração, muito menos por promulgação.

BARIANI, E. National by depuration: Guerreiro Ramos and sociological reduction. *Perspectivas*, São Paulo, v. 28, p. 105-118, jul./dez. 2005.

■ **ABSTRACT:** *The Brazilian sociologist Alberto Guerreiro Ramos elaborated, in the end of the 1950's, a methodological construction directed to a critical reception of 'imported ideas' that pointed to the creation of a national sociology, a singular and confluent project to the development of a national capitalism in Brazil.*

■ **KEYWORDS:** *Sociological reduction. Guerreiro Ramos. Sociology in Brazil. Method. Nationalism.*

Referências

BALANDIER, G. *As dinâmicas sociais: sentido e poder*. São Paulo: Difel, 1976.

BARIANI, E. *A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias*. Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos. 2003. 116 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

¹⁸ Por volta de 1963, surpreso e irado com o uso inadequado de suas formulações (mormente a redução sociológica), GR investiu duramente contra as “deformações direitistas” e “fascistóides” de suas teorizações, tendo como alvo principal Álvaro Vieira Pinto e sua obra *Consciência e realidade nacional*, escrita em 1960; ver Ramos (1963, 1996). Também o alarmaram as considerações sobre um nacionalismo tanto xenófobo quanto ingênuo, que propugnava um papel ontologicamente fundante à nação em detrimento de quaisquer circunstâncias sociais. Naquele momento já negligenciava a tarefa construção de uma sociologia nacional.

FANON, F. *Os condenados da terra*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FREYER, H. *Introducción a la sociología*. Madrid: Aguilar, 1944.

FURTADO, C. *Celso Furtado: economia*. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes cientistas sociais, 33).

GORENDER, J. Correntes sociológicas no Brasil. In: RAMOS, A. G. *A redução sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996. p. 203-225.

HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1989. 2 v. (Pensamento humano).

HUSSERL, E. *Investigações lógicas: sexta investigação: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os pensadores).

JAGUARIBE, H. A crise brasileira. In: SCHWARTZMAN, S. (Sel. e Introd.). *O pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo*. Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, 1979. p. 131-170. (Biblioteca do pensamento político republicano).

MANNHEIM, K. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

NUNES, B. Consideração sobre a redução sociológica. In: RAMOS, A. G. *A redução sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996. p. 189-200.

OLIVEIRA, F. A navegação venturosa. In: FURTADO, C. *Celso Furtado: economia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 7-29. (Grandes cientistas sociais, 33).

PAIVA, V. P. *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

RAMOS, A. G. *O processo da sociologia no Brasil: esquema de uma história das idéias*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1953.

_____. Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo. Rio de Janeiro: Andes, 1954.

_____. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

_____. A redução sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

_____. Mito e verdade da revolução brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

_____. A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1989.

_____. A redução sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

SARTRE, J.-P. O colonialismo é um sistema. In: _____. *Colonialismo e neocolonialismo: situações*, v. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968. p. 21-40.

SCHELER, M. *Visão filosófica do mundo*. São Paulo: Perspectiva, 1986. (Debates, 191).

TEOTÔNIO JÚNIOR. Resenha do livro A redução sociológica de Guerreiro Ramos. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 19, p. 189-195, set./out. 1958.

TORRES, A. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1982. (Temas brasileiros, 38).

Bibliografia consultada

FREYER, H. *Teoria da época atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 21. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1986.

GURVITCH, G. *La vocación actual de la sociología: hacia una sociología diferencial*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1953.

HEIDEGGER, M. *Conferências e escritos filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores).

HUISMAN, D. *História do existencialismo*. Bauru: Edusc, 2001. (Filosofia & política).

JASPERS, K. *Introdução ao pensamento filosófico*. São Paulo: Cultrix, 1971.

MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

RAMOS, A. G. *O problema nacional do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

_____. *A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

RICOEUR, P. A fenomenologia. In: PICON, G. (Org.). *Panorama das idéias contemporâneas*. Lisboa: Editorial Estúdios Cor, [19-?]. p. 53-62.

SCHUTZ, A. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCHWARZ, R. Nacional por subtração. In: _____. *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p. 108-135.